



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

1 **ATA DA 5ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE DE**
2 **COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia**
3 **29/09/2020 (terça-feira), de 14:10h às 17:35, através de videoconferência.** A
4 Assembleia Geral Ordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 29/09/2020, foi iniciada por João Gomes de Siqueira
6 (CBH BPSI) e contou com a presença dos membros: Alba Reis (CBH BIG), Nelson
7 Reis (CBH Guandu), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Luís Eduardo Amorim (CBH
8 Piabanha), Christianne Bernardo (CBH BG), Maria Aparecida Resende (CBH BG),
9 Paulo Cardoso (CBH BG), Eduardo Pimenta (CBH LSJ), Lícius de Sá Freire (CBH
10 R2R), Maria Inês Paes Ferreira (Macaé Ostras) e João Gomes (CBH BPSI) e os
11 convidados Rafaela Facchetti (CBH Piabanha), Erika Cortines (CBH Piabanha),
12 Adriana Saad (CILSJ), Larissa Ferreira da Costa (INEA), Lívia Soalheiro (SEAS),
13 Adriana Pizão (SEAS), Gisele Boasorte (SEAS), Natália Freitas de Souza (SEAS),
14 Monalisa da Costa Santos Oliveira (SEAS), Edson Falcão (SEAS) e Felipe Augusto
15 Almeida (SEAS) e a equipe: Roberta Abreu (AGEVAP) Tamires Souza (AGEVAP)
16 e Larah Emediato Ribeiro (AGEVAP).

17 **Item 1. Abertura:**

18 A reunião foi iniciada por **João Gomes**, que agradeceu a presença de todos e a
19 disponibilidade da SEAS e do INEA.

20 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

21 **João** questionou se havia alguma manifestação em relação a presente pauta e não
22 havendo sugestões, ela foi aprovada.

23 **Item 3. Aprovação das atas dos dias 02/09/2020 e 09/09/2020;**

24 **João** questionou se houve alguma solicitação de alteração prévia a reunião e
25 perguntou se os presentes tinham alguma manifestação. Não havendo
26 manifestações contrárias, as atas foram aprovadas.

27 **Item 4. Apresentação sobre Segurança Hídricas (SEAS);**



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

28 **Lívia** solicitou que a secretaria executiva entrasse em contato com os
29 representantes que ainda não haviam chegado para que todos os comitês
30 pudessem contemplar a apresentação. Essa solicitação foi realizada prontamente
31 durante a reunião.

32 **João** solicitou que a apresentação da SEAS e INEA fosse disponibilizada para os
33 comitês. **Lívia** concordou que enviaria após a reunião para a secretaria executiva.

34 **Lívia** ressaltou que o tema é de muita importância e lembrou que haviam
35 perguntado aos comitês sobre os problemas de segurança hídrica identificados em
36 cada região, dizendo que a intenção da apresentação era dar um feedback dessa
37 apresentação dos comitês, apresentar o conceito de segurança hídrica que está
38 sendo adotado em nível estadual e capacitar os presentes nos temas que serão
39 debatidos nos próximos meses. Comentou que o FFCBH está sendo o primeiro
40 público a receber essa capacitação e que depois esta seria feita com os técnicos
41 das delegatárias, com quem a intenção é aos poucos aprofundar em alguns desses
42 temas para que possam auxiliar tecnicamente os comitês na análise da
43 documentação quanto a esse tema e multiplicar o conhecimento junto aos comitês.
44 Completou que ainda estão pensando em mais estratégias para levar essa
45 capacitação aos demais membros dos comitês, conversando com a Universidade
46 do Ambiente para verificar o modelo que mais se adequa diante da capacidade de
47 pessoal da SEAS e do INEA.

48 **Larissa** deu início a apresentação trazendo os objetivos de desenvolvimento
49 sustentável (ODS) a fim de mostrar que a segurança hídrica está relacionada
50 diretamente ao ODS 6, mas que também está relacionada as metas dos demais
51 objetivos. Trouxe a evolução do conceito de segurança hídrica, explicando que este
52 vem sendo constituído com o tempo e fez uma contextualização do tema,
53 ressaltando as ameaças, o monitoramento sistêmico de secas, o plano nacional de
54 segurança hídrica e maneiras de reverter cenários de insegurança hídrica.

55 **João** questionou o motivo de o Norte Fluminense não estar no monitoramento das
56 secas, visto que o trabalho apresentado por Larissa no CBH BPSI demonstrava que



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

57 era a região que possuía menor índice fluviométrico do estado, dentre as estações
58 avaliadas. Perguntou também o porquê de o Plano Nacional não identificar a foz do
59 Paraíba como uma área de insegurança hídrica, visto que a COHIDRO deu como
60 vazão mínima residual 260m³ e constantemente, nos meses de agosto e setembro,
61 a foz atinge vazões entre 185 à 190m³.

62 **Larissa** respondeu que o monitoramento do monitor de secas era para todo o
63 estado, logo contempla o Norte Fluminense. Explicou que trabalham com valores
64 relativos que se compara os dados dentro da própria região, ou seja, no mês do
65 mapa demonstrado, a região do Norte Fluminense não demonstrou condição de
66 seca comparado com outros dados locais. Quanto ao Plano Nacional, respondeu
67 que foi trabalhado mais na questão de infraestrutura hídrica e no levantamento de
68 projeto e ações que estava em andamento ou possuíam indicativos.

69 **Gisele** completou que o Plano Nacional de Segurança Hídrica teve uma abordagem
70 mais voltada para infraestrutura cinza de obras que já tinham planejamento ou
71 indicação de ser feita. Disse que já havia uma revisão prevista e que poderiam
72 observar se olhariam para o Estado de forma mais sistêmica. Comentou que no
73 Plano Estadual estão abrangendo mais que no Plano Nacional, sendo mais amplo
74 dentro dos pilares trabalhados, tendo a intenção de que todos os problemas
75 relacionados à segurança hídrica tenham uma proposta de ação ou de estudo de
76 adequação.

77 **João** destacou que há anos São João da Barra vem sofrendo com interrupção de
78 fornecimento e que há insegurança hídrica no fornecimento humano. Disse que
79 deve haver uma construção no qual o Plano Estadual converse com os entes e
80 deveriam apontar esse problema como um dos principais, já que a foz desse rio
81 não consegue abastecer uma cidade com 35 mil habitantes.

82 **Larissa** comentou que a ANA quando definiu o Índice de Segurança Hídrica olhou
83 para o Brasil como todo e que há bastante diferença de concentração de população
84 e de disponibilidade hídrica em outras regiões. Disse que é difícil que se proponha
85 um índice nacional que consiga retratar todas as situações a nível de cada um dos

86 estados, logo o Plano Estadual viria para dar melhor detalhamento do Estado e
87 apontar os problemas não identificados.

88 **João** comentou que viu uma apresentação que diz que mais de 60% do
89 consumo no Estado provêm de água subterrânea e questionou a veracidade.

90 **Gisele** respondeu que não sabe a veracidade da fonte, mas que tem tentado
91 melhor articulação com o pessoal da água subterrânea, visto que o Estado não tem
92 esse levantamento consolidado e esses valores ainda são desconhecidos,
93 afirmando que é algo que se pretende diagnosticar no Plano Estadual.

94 **Lício** comentou que na reunião passada viram que existe um número maior de
95 outorgas subterrâneas do que de água superficiais, mas que não se tratava do
96 volume propriamente dito. Disse que muitas vezes se olha para um município,
97 região hidrográfica ou estado, perdendo o foco de que estão na Bacia do Paraíba
98 do Sul, lembrando que se as transposições relevantes para outros estados que
99 devem ser levadas em consideração nesse cálculo. Citou que Lars Ribbe, do ITT
100 da Alemanha, disse que mesmo a população sendo grande para disponibilidade
101 hídrica na bacia, o resultado ainda é positivo, faltando na verdade gestão, e
102 questionou se essa afirmação era correta. Disse que sente falta que vejam o geral
103 da gestão, contemplando toda a bacia.

104 **Larissa** disse que ao longo da apresentação seriam apresentadas algumas
105 reflexões e respostas sobre esses questionamentos.

106 **Maria Inês** disse que na última reunião de diretoria do CBH Macaé Ostras teve a
107 aprovação de um recurso de um dos programas do Plano de Recursos Hídricos
108 ligado a problemas de macrodrenagem, principalmente em áreas vulneráveis, e que
109 ela sugeriu que aproveitassem esse recurso para trazer dados que fossem
110 importantes para o Plano Estadual de Segurança Hídrica. Questionou se o Estado
111 achava interessante que o comitê adquirisse algum tipo de dado que viesse a ser
112 complementar e quais dados seriam esses.

113 **Lívia** respondeu que ao longo da apresentação se veria possibilidades de ação de
114 comitê nesse processo de segurança hídrica e que essa é uma delas. Disse que o
115 Estado vem conduzindo a construção do Programa de Segurança Hídrica, que visa
116 juntar essas iniciativas para potencializar o resultado em termo de segurança hídrica.
117 Comentou que poderia haver uma conversa posteriormente com o CBH Macaé
118 Ostras para se pensar mais diretamente na bacia.

119 **Edson** afirmou que possuem interesse não necessariamente em recursos
120 financeiros dos comitês, mas em ideias, participação e parcerias, fazendo com que
121 os comitês participem da construção, sendo parte de um todo. Comentou que tem
122 soluções que são individuais de cada região, mas que muitas são conjuntas e tem
123 que ser pensadas e pactuadas para que haja ganho em todas as regiões.

124 **Gisele** deu continuidade a apresentação dizendo que como a água desconhece de
125 visão política e administrativa, deveriam olhar para ela em sua integralidade,
126 envolvendo todos os entes que participam da gestão das águas e todos os tipos de
127 planos e níveis de planejamento que existem, focando em como eles se conversam.
128 Citou que é importante de trabalhar o Plano Estadual de Segurança Hídrica junto
129 aos outros planos de forma a garantir a efetividade das ações realizadas e iniciou
130 uma apresentação sobre os tipos e níveis de planejamento.

131 **Lívia** iniciou uma abordagem da integração de planejamento para Segurança
132 hídrica dentro dos diversos níveis explicados por Gisele. Afirmou que precisariam
133 pensar em como esses planos se falam para que não se produza um documento
134 com o mesmo conteúdo que já existe em outro lugar e que possam aproveitar todo
135 conhecimento que já vem sendo desenvolvido ao longo desse processo. Deu
136 continuidade a apresentação desse tema e formalizou que deveriam colocar os
137 planos na frente no momento de pensar na segurança hídrica, uma vez que ela se
138 traduz na finalidade da política.

139 **Rafaela** comentou que cada estado deveria pensar de forma independente quanto
140 a segurança hídrica. **Lívia** respondeu que cada estado tem liberdade na forma do
141 seu planejamento, no entanto também se entedia a necessidade de articulação com



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

142 outros estados, principalmente no Rio de Janeiro devido a dependência hídrica do
143 rio Paraíba do Sul, para que de fato aumente a segurança hídrica do Estado ou
144 diminua a vulnerabilidade hídrica.

145 **Edson** complementou que a estratégia de atuação da segurança hídrica pode ser
146 diferente em cada âmbito e estado, citando que o Plano Nacional focou em
147 infraestrutura hidráulica, em São Paulo a segurança hídrica está embutida no Plano
148 Estadual de Recursos Hídricos, em Minas Gerais deram início com bacias mais
149 estratégicas e não com o estado como um todo e, já no Rio de Janeiro, por boa
150 parte do Estado estar na Bacia Paraíba do Sul, teve a estratégia de fazer um Plano
151 Estadual, que virasse um planejamento do estado através do Programa Estadual
152 de Segurança Hídrica.

153 **João** comentou que Minas Gerais priorizou as bacias do Rio Grande e do Rio Doce,
154 não priorizando, mas também não perdendo de vista, o Paraíba do Sul. Disse que
155 a percepção do Rio de Janeiro dessa integração tem feito um rebote no estado de
156 Minas Gerais para enxergar a eficiência de uma construção coletiva. Concordou
157 com a importância de haver essa integração entre os planos e os estados da Bacia
158 do Paraíba do Sul para ter trabalhos estruturantes de segurança hídrica e reafirmou
159 a importância de dar atenção tanto para os períodos de seca quanto os de cheias.

160 **Rafaela** mencionou sua fala sobre cada estado fazer seu plano individualmente e
161 opinou que os planos deveriam, na verdade, vir de cada bacia, que em conjunto
162 formariam o plano estadual que, com os demais estados, comporiam o plano
163 nacional. Comentou que a forma que vem sendo feito, partindo do macro, é ruim pois
164 deixam vários detalhes que são fundamentais de fora e sugeriu que os comitês
165 pensassem em fazer seus próprios planos de segurança hídrica para conhecer
166 melhor as áreas mais sensíveis e onde deveriam atuar.

167 **Lívia** disse que na apresentação fariam do Plano Estadual de Segurança Hídrica
168 e que nele aproveitam os Planos de Bacia, tendo um espaço para diálogo com os
169 comitês para entender os problemas locais para que estes apareçam no plano de
170 forma ressaltada e ações e investimentos aconteçam nos pontos destacados.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

171 Comentou que à medida que o Plano se desenvolver, o tema de Segurança Hídrica
172 ficará ainda mais latente nos comitês e isso será um fator agregador quanto as
173 realidades locais de cada bacia.

174 **Edson** afirmou que a ideia é que o Plano Estadual seja dos comitês e por isso o
175 INEA e a SEAS vêm tentando agregar mais os comitês pedindo pela participação
176 e envolvimento para poderem avançar nesse planejamento. Disse que deveriam
177 pensar em conjunto para que consigam resolver os problemas de segurança hídrica
178 tendo rebatimento nos planos de bacia.

179 **Gisele** observou que na construção do TdR do Plano Estadual de Segurança
180 Hídrica fez-se uma lista de tudo que se entende que a empresa contratada deve
181 buscar para servir de subsídio para o Plano e que os Planos Municipais de
182 Saneamento estão na lista, e servirão de base para qualidade ambiental e de
183 recursos hídricos. Concordou que no Rio de Janeiro o PERHI não foi construído a
184 partir dos Planos de Bacia, mas que nessa nova construção aproveitariam para
185 fazer uma revisão do PERHI, que já carece de atualização desde 2018, podendo
186 trazer mais informações das regiões para dentro do Plano Estadual de Recursos
187 Hídricos.

188 **Edson** deu continuidade na apresentação, falando sobre as estratégias de
189 segurança hídrica no Estado. Explicou o PROSEG (Programa de Segurança
190 Hídrica), que entrega ações, projetos e programas de diversos setores e citou seus
191 objetivos, mostrando uma estruturação desse programa e suas estratégias de
192 implementação.

193 **Gisele** iniciou a apresentação focada no Plano Estadual de Segurança Hídrica
194 (PESHI), explicando a estrutura das etapas: pré-plano, elaboração do plano e pós-
195 plano, seus objetivos e demonstrou um esquema gráfico das fases da construção
196 do PESH. Falou também de o reuso, outra temática que está no PROSEG, focando
197 na utilização da água residuária e seus focos, na inovação, no potencial e na
198 motivação, explicitando o reuso como uma alternativa para segurança hídrica.
199 Mencionou a Meta 180 dias, do governo atual, que visa fomentar o projeto piloto de

200 reuso de água residuária para reduzir poluição dos corpos hídricos e criar fontes de
201 abastecimento alternativas, afirmando que essa meta foi cumprida, incluindo a
202 criação de um Grupo de Trabalho Institucional com função de estudar mais sobre
203 o reuso e o biogás.

204 **Lívia** falou sobre o decreto do reuso, que traz uma definição conceitual, fruto de um
205 levantamento de todas as legislações existentes sobre o tema, focando no reuso
206 não potável e descrevendo os próximos desafios do tema.

207 **Maria Inês** perguntou se o PESHÍ é uma iniciativa do Estado ou se é uma
208 condicionante através de um TAC. **Lívia** respondeu que a iniciativa é do Estado e
209 que já existia há alguns anos o desejo de realizar o Plano, mas não havia verba
210 destinada a isso. Disse que no momento da celebração do TAC do COMPERJ veio
211 a oportunidade da destinação de recurso de uma verba para a construção do Plano
212 Estadual de Segurança Hídrica, mas que o Ministério Público colocou como
213 condicionante a elaboração de um capítulo específico para o Leste da Baía de
214 Guanabara por conta da região do COMPERJ e por já entender que ali existe um
215 déficit hídrico significativo.

216 **Lícius** comentou a apresentação de Gisele, dizendo que seria interessante a
217 atividade de captação de chuva na área de indústrias, principalmente em períodos
218 chuvosos, pois somaria e fortaleceria esse projeto, visto que durante esse período
219 haveria fortalecimento da recapacitação dentro da reutilização na indústria.

220 **Lívia** iniciou uma apresentação sobre o papel dos CBHs na melhoria da Segurança
221 Hídrica e disse que quando se pensa em problemas concretos de segurança hídrica
222 sempre se pensa em eventos extremos, mas que os comitês, embora participativos,
223 algumas vezes são morosos e não conseguem dar a resposta no tempo que se
224 precisa. Levantou reflexões sobre o que são os comitês e suas características
225 funcionais, assim como as atribuições das agências de água e entidades
226 delegatárias. Disse que o papel do comitê é essencialmente propositivo, preventivo
227 e executor de ações de fomento, tendo um forte papel de articulação em suas
228 regiões.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

229 **Gisele** apresentou um quadro com alguns pontos de insegurança hídrica levantado
230 pelos comitês nas suas regiões hidrográficas e suas soluções propostas. **Lívia**
231 informou que utilizaram essas informações para a construção do TdR do Plano.

232 **Luís Eduardo** comentou que essa seria uma excelente oportunidade de acabar
233 com o problema de não chegar água na foz e afirmou que deveriam juntar esforços
234 para resolver essa questão. Questionou se poderiam disponibilizar essa
235 apresentação para os comitês.

236 **Lívia** disse que iria encaminhar essa apresentação ao FFCBH e que ela poderia
237 ser disponibilizada aos comitês, mas disse que a intenção era que essa informação
238 chegasse através de capacitação para que pudessem dialogar sobre o que está
239 sendo posto. Comentou que os presentes já estavam capacitados e, também,
240 poderiam passar essa informação.

241 **João** respondeu que seria ideal que essa apresentação fosse feita pelo próprio
242 INEA e SEAS, seguindo esse modelo. Sugeriu que fosse feito posteriormente
243 algum cronograma para verificar quais comitês teriam interesse e como poderiam
244 realizar essa capacitação. (Encaminhamento)

245 **Rafaela** propôs que para uma plenária essa apresentação fosse mais enxuta e que
246 os comitês fossem divididos em blocos a fim de diminuir o número de
247 apresentações a serem feitas pela equipe da SEAS e do INEA.

248 A equipe do INEA e da SEAS se despediu e agradeceu as sugestões e a
249 oportunidade da apresentação.

250 **Item 5. Assuntos Gerais;**

251 **Lícius** solicitou que o FFCBH marcasse uma reunião, baseado na discussão sobre
252 a coleta de tempo seco, cuja pauta tratasse de uma discussão sobre essa coleta e
253 sistemas alternativos baseados na natureza. Comentou que a ideia era que os
254 CBHs trouxessem suas experiências próprias ou de outras áreas além do Estado.
255 (encaminhamento)



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

256 **Roberta** demonstrou uma lista de solicitações de pauta feitas no FFCBH para as
257 próximas reuniões, citando a discussão para apropriação do plano metropolitano,
258 uma apresentação da CLEMAARJ, uma discussão sobre o PROCOMITÊS e a
259 disponibilização dos vídeos das reuniões. Questionou qual seria a ordem das
260 prioridades para a organização das próximas reuniões.

261 **Maria Inês** sugeriu que o debate proposto por Lícius ficasse mais para frente e este
262 permeie algumas visões, propondo que fossem convidados alguns participantes.
263 Citou Mariê e Nilson Coutinho como possíveis convidados para participar e
264 embasar o estudo dos comitês.

265 **Lícius** concordou de adiarem essa reunião para trazer participantes e pediu que
266 Roberta enviasse as propostas de pauta no grupo de whatsapp do comitê para
267 definir a ordem, os dias e possíveis participações.

268 **Maria Inês** sugeriu que fosse incluído em pauta a finalização da programação do
269 ECOB. (Encaminhamento)

270 **João** sugeriu que a pauta proposta por Lícius fosse feita em um dia com pauta
271 única. Quanto à programação do ECOB, comentou que é importante que os
272 comitês façam a contribuição para deixar esse tema menos extenso durante a
273 reunião, solicitando que os comitês contribuíssem com a programação enviada pela
274 secretaria executiva.

275 **Luís Eduardo** sugeriu que colocassem posteriormente em pauta uma discussão
276 sobre o problema de vazão que ocorre na foz na RH-IX, comentando que seria
277 importante compartilhar o espaço político para se manifestar formalmente nessa
278 questão problemática.

279 **João** comentou que já havia feito várias apresentações no FFCBH a esse respeito,
280 pedindo ajuda e uma posição do Fórum a respeito da baixa vazão da foz, citando
281 que recentemente Larissa havia feito um trabalho que quantificava a redução de
282 vazão nos últimos dez anos. Disse que na época que tratou do assunto, com
283 exceção do CBH MPS, ele não obteve respaldo e resposta esperada dos comitês

284 do Fórum e teve suas reclamações e seu espaço desmerecidos dentro do INEA.
285 Mencionou que vem colocando há anos essa questão do BPSI e a questão do
286 acúmulo de esgoto de Santa Cecília à Três Rios, na região do MPS, mas que sua
287 posição foi desmerecida pelo CBH Guandu junto ao FFCBH. Manifestou o seu
288 desagrado quanto às vezes que trouxe o tema para discussão e afirmou que não
289 adiantaria ter segurança hídrica na região metropolitana e prejudicar o interior do
290 estado.

291 **Roberta** sugeriu que fechassem a pauta da reunião seguinte e que os demais itens
292 fossem discutidos no Whatsapp.

293 **Vera** propôs que não houvesse reunião na semana seguinte e que a pauta do
294 ECOB fosse tratada na semana posterior como pauta única.

295 **Luís Eduardo** discordou quanto não haver reunião na semana seguinte, afirmando
296 que seria importante discutir sobre as tramitações do recurso do INEA no TCE.
297 Respondeu João, afirmando que o Piabanha apoia o BPSI e solicitou que essa
298 apresentação fosse colocada em pauta posterior. (Encaminhamento)

299 Foi definido que haveria reunião no dia 06/10/2020, cuja pauta trataria da discussão
300 do plano metropolitano, apresentação da CLEMAARJ e definição sobre
301 disponibilização dos vídeos. A programação do ECOB seria fechada na reunião
302 posterior, após resposta dos possíveis palestrantes e os temas sugeridos ainda
303 teriam suas prioridades definidas. (Encaminhamento)

304 **Vera Lúcia** pediu para que Roberta enviasse para os representantes a carta que
305 será enviada ao INEA sobre a participação de membros da sociedade civil e
306 usuários em editais dos comitês. Pediu para que os representantes dos Comitês
307 dessem sugestões e sinal de aprovação para que fosse encaminhada ao órgão
308 gestor. (Encaminhamento)

309 **Item 6. Encerramento.**

310 **João Gomes** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:35. A
311 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
312 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

313

314

315 **Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia**

316 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

317 Coordenador Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

318

319 **ENCAMINHAMENTOS:** planilha de encaminhamentos segue em anexo.

320